

Terceirização na saúde NÃO

Projeto de lei que regulamenta a terceirização no mercado de trabalho gera prejuízos aos trabalhadores e a Federação paulista da Saúde luta para que não seja aprovado e sancionado.

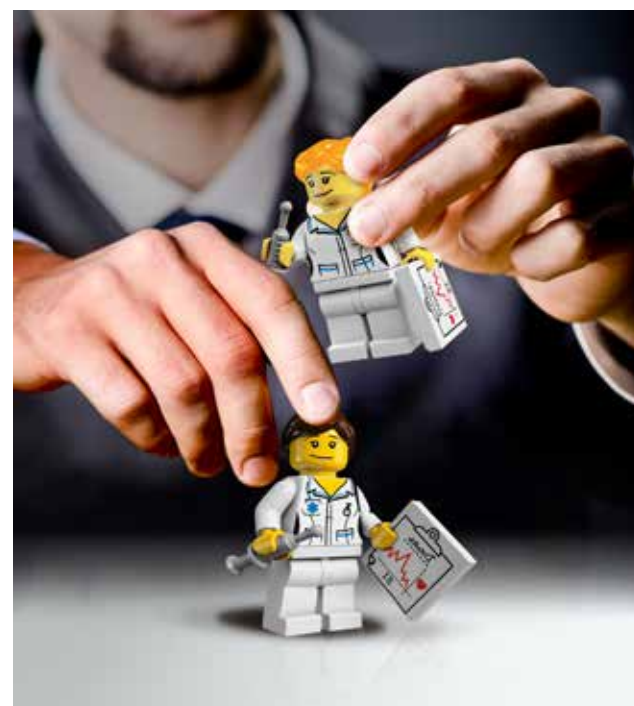
Aumento de acidentes e de doenças, redução de níveis salariais, ampliação das jornadas de trabalho, crescimento da rotatividade e descumprimento de direitos trabalhistas. Estes são apenas alguns prejuízos que você, trabalhador da saúde, pode vir a ter, caso o Projeto de lei 4.330/04, que regulamenta a terceirização no mercado de trabalho, seja aprovado e sancionado pela presidente Dilma Roussef.

A proposta já passou pela Câmara dos Deputados e agora aguarda avaliação dos senadores. Na opinião do presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo, Edison Laércio de Oliveira, o projeto se configura como um retrocesso à organização dos trabalhadores ao permitir a terceirização na atividade-fim - aquela que identifica a área de uma empresa. “No caso da saúde, se sancionada a lei, os hospitais poderão contratar, além de profissionais terceirizados para as atividades-meio, trabalhadores terceirizados, por exemplo, para o setor da enfermagem, do apoio e da administração”, ressalta Edison. Na área da saúde, os trabalhadores terceirizados que atuam nas atividades-meio, tais como alimentação, segurança, jardinagem e limpeza, costumam ter muitos prejuízos, que se estendem para hospitais e pacientes. Isso porque os profissionais da limpeza, por

exemplo, precisam de um treinamento específico para atuar nos hospitais, pois a higiene nos estabelecimentos de saúde é muito diferente daquelas que se faz em indústrias, fábricas e comércio em geral. “Nós sempre lutamos para que estes trabalhadores fossem contratados pelos próprios hospitais e continuaremos batalhando por isto”, pontua Edison.

Outro problema é o fato do terceirizado não ter os mesmos direitos dos contratados, o que gera uma perda de benefícios que a categoria lutou muito para conquistar. “O trabalhador que é contratado diretamente pelo hospital, por exemplo, tem direito a todos os benefícios garantidos pelos Acordos e Convenções de Trabalho, firmados entre o Sinsaúde e os estabelecimentos de saúde. Costumamos exigir os mesmos benefícios para os terceirizados, mas é uma batalha que, via de regra, acaba nos tribunais”, explica.

De acordo com estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os trabalhadores terceirizados sofrem com maior rotatividade no mercado de trabalho. Eles permanecem 2,6 anos a menos no emprego do que o trabalhador contratado diretamente e têm



uma jornada de três horas semanais a mais. Além disso, recebem em média salários 24,7% menores e a cada 10 acidentes de trabalho fatais, oito ocorrem entre trabalhadores terceirizados, devido à falta de treinamento e investimento em qualificação.

Para o diretor de Comunicação da Federação paulista da Saúde, Luiz Carlos Vergara, se o projeto for aprovado no Congresso Nacional, as práticas de terceirização serão fortalecidas, institucionalizando a rotatividade que domina as relações de trabalho e impede o desenvolvimento do mercado interno. “O projeto precariza os direitos trabalhistas conquistados a muito custo.”



Saúde & Luta é uma publicação de responsabilidade da Federação dos Trabalhadores da Saúde do Estado de São Paulo.
Rua Paula Nery, 533 - Aclimação - SP
Fone 55 (11) 5575-7427
www.federacaodasaude.org.br

Diretoria Efetiva

Edison Laércio de Oliveira - Presidente
Paulo Pimentel - 1º vice-presidente
Erivelto Correa Araújo - 2º vice-presidente
Mychelle Nascimento Francisco - Diretora de Relações Públicas
Elaine da Silva Amaral - Secretária-geral
Edna Alves - 1ª secretária
João do Nascimento Carvalho - 2º secretário
Valdeir Magri - Tesoureiro-geral
Aristides Agreli Filho - 1º tesoureiro
Alexandre Ferreira Corte - 2º tesoureiro
Sérgio Roberto Balduino da Silva - Diretor de Assuntos da Previdência Social
Maria das Graças Artur Machado - Diretora de Recursos Humanos
Paulo Roberto Gondim Richieri - Diretor-procurador
Leide Mengatti - Diretora de Relações Intersindicais
Carlos José Gonçalves - Diretor de Legislação e Normas
Luiz Carlos Vergara Pereira - Diretor de Imprensa e Divulgação
Maria Hermann - Diretora Cultural
Milton Carlos Sanches - Diretor de Assuntos Parlamentares
Vera Lúcia Salvádo Pimentel - Diretora arquivista
Maria Jerusa de Abreu - Diretora de Sede e Patrimônio

Diretoria - Suplente

Maria Helena Anuniação de Souza, Marcelo Alexandre Cândia dos Santos, Anselmo Eduardo Bianco, Sofia Claudete Rodrigues Borges, Maria Ivanilde de Araújo Almeida, Florivaldo Pereira de Almeida, Maria Cecília da Silva, Maria do Carmo de Oliveira, Arnaldo Batista de Almeida, Marcos Paulo Jordano, Carlos José Suzano da Silva, José Monteiro dos Santos, Susana Chiarelli dos Santos, Marly Alves Coelho, Ana Ferreira da Silva, Shirley Cristina dos Santos Bertin, Elidalva da Silva Lima, Martinho Luiz dos Santos Dias, Tais Aparecida Jacom Matheus e Vera Lúcia Andrade de Oliveira

Conselho Fiscal - Efetivos

Elizabeth Antonia Bertin
Rozélia Barbosa dos Santos
Lierse Christovam de Almeida

Conselho Fiscal - Suplentes

Sofia Rodrigues do Nascimento, Natalício Valério da Silva e Francisco Sálvio de Almeida

Delegados Representantes na CNTS - Efetivos

Marta Alves de Carvalho e
Paulo Cesar Pereira Richieri

Delegados Representantes na CNTS - Suplentes

Ivone Carrocini e Sebastião Aparecido Matias

Produção:

DOMMA Editora de Publicações

site: www.domma.com.br

E-mail: domma@domma.com.br

Jornalista responsável:

Sirlene Nogueira (Mtb 15.114)

Fone (19) 3233-0317

Redação: Ingrid D'Elboux Diogo (Mtb: 62871/SP)

Revisão: Vera Bison (12.391)

Editoração: Felipe Teixeira

Tiragem: 50 mil exemplares

Gráfica: Hortograph

Federação quer a retirada da categoria do projeto da terceirização

Na tentativa de proteger o trabalhador da saúde e evitar que ocorra a precarização do trabalho no setor, a diretoria da Federação paulista da Saúde elaborou um documento, que será encaminhado ao Senado, em que pede a exclusão da área da saúde do projeto. “Nós queremos que seja acrescentada uma emenda ao PL 4330, na qual seja destacada a não permissão da terceirização para o setor da saúde”, enfatiza o diretor de Comunicação da Federação paulista da Saúde, Luiz Carlos Vergara. Isso porque se permitida a terceirização nos estabelecimentos de saúde, o serviço de saúde no País, que já é considerado ruim, poderá ser ainda pior. “As perdas de direitos trabalhistas são grandes”, assegura o presidente da Federação, Edison Laércio de Oliveira, lembrando que a qualidade de atendimento poderá ser prejudicada, já que o projeto permite a terceirização da atividade principal também. “Os estabelecimentos de saúde precisam de profissionais que tenham treinamentos específicos para as áreas em que atuam e não de empresas terceirizadas que disponibilizam profissionais que não estão preparados para atuar em áreas que

possuem regras, procedimentos e treinamentos próprios”, aponta. A terceirização na área da saúde é ainda mais polêmica, pois compromete a qualidade do atendimento à população, uma vez que as empresas terceirizadas, de maneira geral, tendem a escolher o profissional pelo preço e não pela qualificação que ele possui. “A saúde precisa de trabalhadores qualificados, pois eles lidam com vidas diariamente. Além disso, os estabelecimentos de saúde exigem profissionais específicos para cada setor, pois eles ficam todo o tempo expostos a riscos biológicos, químicos e radioativos”, enfatiza. “E de

quem será a responsabilidade pelo atendimento à população? Do gestor ou do terceirizado?”, argumenta Edison.

A Norma Regulamentadora 32 (NR-32) - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde - estabelece que o profissional da limpeza, por exemplo, receba um treinamento específico para atuar na higienização dos hospitais. “Como poderemos garantir que estes trabalhadores terceirizados irão receber o treinamento adequado, que a norma exige? É a saúde do trabalhador e da população que está em jogo”, adverte Edison.

“Todos os profissionais de um estabelecimento de saúde representam a atividade-fim, pois as atividades de todos os setores são intimamente ligados pelo mesmo objetivo: a saúde do paciente. Não podemos permitir a regulamentação da terceirização em nossa área, pois vai totalmente contra a qualidade de atendimento que lutamos para avançar”, explica Edison. “Nós vamos fazer o que for preciso para que o profissional da saúde não seja prejudicado.”



PL 4330: a precarização do trabalho

A Câmara dos Deputados aprovou, em abril, o polêmico Projeto de lei 4330/04, que regulamenta os contratos de terceirização no setor privado, tanto para as atividades-meio quanto para as atividades-fim. O projeto, que tramitou por 10 anos na Câmara dos Deputados, vem sendo discutido por deputados e representantes das centrais sindicais e dos sindicatos patronais desde 2011. Os representantes dos trabalhadores são contra a proposta, pois uma vez regulamentada a lei haverá precarização dos benefícios no mercado de trabalho. A central sindical União Geral dos Trabalhadores (UGT), apesar de ser favorável à regulamentação para garantir o direito dos mais de 12 milhões de trabalhadores terceirizados, é contrária ao projeto do modo como foi aprovado na Câmara dos Deputados, pois da forma como o texto está prejudica as condições de trabalho e afirma que não aceitará retrocessos trabalhistas. Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) também são contra a terceirização. Em parecer, eles avaliam

que “o projeto esvazia o conceito constitucional e legal de categoria, permitindo transformar a grande maioria de trabalhadores simplesmente em prestadores de serviço e não mais em bancários, metalúrgicos, comerciários, etc.” Para o TST, o resultado da aprovação deste projeto vai mais além, pois também afetará a arrecadação tributária e previdenciária do País, uma vez que as grandes empresas irão transferir seus antigos empregados para milhares de novas micro, pequenas e médias empresas.

De volta à escravidão?

Em audiência realizada no dia 13 de abril na Comissão de Direitos Humanos no Senado, a assessora da direção técnica do Dieese, Lilian Marques, apresentou dados alarmantes sobre trabalhadores que morreram ou foram resgatados de condições análogas à escravidão no Brasil.

De acordo com o estudo, nas dez maiores operações de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão, entre 2010 e 2013, quase 3.000 dos

3.553 casos envolviam terceirizados. Para os representantes do Dieese, os números refletem a forma como os trabalhadores terceirizados são tratados pelos empregadores, em aspectos como segurança e treinamento.

Enquadramento sindical

Quando se fala em enquadramento sindical, o trabalhador terceirizado também pode sair perdendo com a aprovação do projeto. Atualmente, quando a terceirização é considerada irregular ou ilegal, a Justiça do Trabalho tem reconhecido a submissão do contrato de trabalho a acordos e convenções coletivas com os sindicatos da atividade predominante da contratante. No texto aprovado do PL 4330, os trabalhadores da empresa terceirizada serão representados pelo mesmo sindicato dos funcionários da empresa contratante somente se o contrato de terceirização for entre estabelecimentos que pertençam à mesma categoria econômica. O projeto segue agora para votação no Senado.

OPINIÃO

O que pensam os sindicalistas da saúde



“Atualmente, existem cerca de 12 milhões de trabalhadores

terceirizados. Se o projeto for aprovado, este número poderá chegar a 50 milhões. Serão profissionais que não terão direitos trabalhistas e estarão totalmente desassistidos.” *Edison Laércio de Oliveira - presidente da Federação paulista da Saúde e do Sinaúde Campinas e Região*



“A Federação paulista da Saúde é contra a terceirização e não vai

medir esforços para combater este procedimento dentro dos estabelecimentos de saúde.”

Luiz Carlos Vergara - diretor de Comunicação da Federação paulista da Saúde

O que é terceirização?

A terceirização acontece quando uma empresa prestadora de serviços é contratada por outra empresa para realizar determinados serviços. A prestadora de serviços é a responsável por empregar e remunerar o trabalho realizado por seus funcionários. Neste tipo de contrato, não há vínculo empregatício entre a empresa contratante e os trabalhadores das prestadoras de serviços. Atualmente, é a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que determina que a terceirização no Brasil só pode ser dirigida a atividades-meio. Esta súmula, utilizada como base para decisões de juízes da área trabalhista, menciona os serviços de vigilância, conservação e limpeza, bem como “serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a personalidade e a subordinação direta” do funcionário terceirizado com a empresa contratante.

Diga NÃO

Ao subemprego

Às contratações sem carteira

À contratação com carteira e perdas de benefícios

À perda nos rendimentos

À piora nas condições gerais de trabalho

À ampliação de jornada

Ao trabalho sobre maior pressão

À diminuição da parte fixa nos rendimentos e na ampliação da parte variável

À deterioração das condições de saúde e segurança no trabalho

Ao desrespeito às normas de saúde e segurança

Ao assédio moral

Ao aumento de acidentes e de doenças



“Não podemos esquecer de que, geralmente, a escolha do profissional

pela empresa terceirizada é feita pelo preço, não pela qualificação que o trabalhador possui. No caso da saúde, isto pode gerar muitos prejuízos para trabalhadores, pacientes e população.” *Erivelto Correa de Araújo - 2º vice-presidente da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Araçatuba e Região*

Confira a posição dos deputados na Câmara Federal

No dia 22 de abril, os deputados votaram as emendas ao projeto que amplia a terceirização para qualquer função, seja ela atividade-meio ou fim. Tal

emenda, de autoria do deputado Leonardo Picciani, apenas reforçou o que já estava previsto no texto-base do projeto, aprovado no dia 8. A emenda, do partido PMDB,

recebeu 230 votos favoráveis, 203 contrários, 13 ausentes e quatro abstenções. Nas imagens abaixo, você confere como cada deputado do Estado de São Paulo votou nesta emenda.

Deputados que disseram SIM à emenda



1 ALEX MANENTE (PPS)
dep.alexmanente@camara.leg.br



2 ALEXANDRE LEITE DA SILVA (DEM)
dep.alexandreleite@camara.leg.br



3 BALEIA ROSSI (PMDB)
dep.baleiarossi@camara.leg.br



4 BETO MANSUR (PRB)
dep.betomansur@camara.leg.br



5 BRUNA FURLAN (PSDB)
dep.brunafurlan@camara.leg.br



6 BRUNO COVAS (PSDB)
dep.brunocovas@camara.leg.br



7 CAPITÃO AUGUSTO (PR)
dep.capitaoaugusto@camara.leg.br



8 CARLOS SAMPAIO (PSDB)
dep.carlossampaio@camara.leg.br



9 EDUARDO BOLSONARO (PSC)
dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br



10 EDUARDO CURY (PSDB)
dep.eduardocury@camara.leg.br



11 ELI CORRÊA FILHO (DEM)
dep.elicorreafilho@camara.leg.br



12 EVANDRO GUSSI (PV)
dep.evandrogussi@camara.leg.br



13 FAUSTO PINATO (PRB)
dep.faustopinato@camara.leg.br

Deputados que disseram SIM à emenda



14 GOULART (PSD)
dep.goulart@camara.leg.br



15 HERCULANO PASSOS (PSD)
dep.herculanopassos@camara.leg.br



16 JORGE TADEU MUDALEN (DEM)
dep.jorgetadeumudalen@camara.leg.br



17 LUIZ LAURO FILHO (PSB)
dep.luilaurofilho@camara.leg.br



18 MARCELO AGUIAR (DEM)
dep.marceloaguiar@camara.leg.br



19 MARCELO SQUASSONI (PRB)
dep.marcelosquassoni@camara.leg.br



20 MARCIO ALVINO (PR)
dep.marcoialvino@camara.leg.br



21 MIGUEL HADDAD (PSDB)
dep.miguelhaddad@camara.leg.br



22 MIGUEL LOMBARDI (PR)
dep.miguellombardi@camara.leg.br



23 MILTON MONTI (PR)
dep.miltonmonti@camara.leg.br



24 MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (PP)
dep.missionariojoseolimpio@camara.leg.br



25 NELSON MARQUEZELLI (PTB)
dep.nelsonmarquezelli@camara.leg.br



“Não é à toa que o Tribunal Superior do Trabalho condena o PL 4330. A proposta escancara a terceirização e abre caminho a um

dramático retrocesso na legislação e nas relações trabalhistas do País, que compromete o mercado interno, a arrecadação tributária, o Sistema Único de Saúde e o desenvolvimento nacional.” *Carlos José Gonçalves - Diretor de Legislação da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de São José dos Campos e Região*



“Como se tem apontado nas mídias, os direitos e garantias dos trabalhadores tercei-

rizados são muitos inferiores aos dos funcionários efetivos, principalmente pelos níveis de remuneração, jornada de trabalho e segurança. O projeto rebaixa o valor social do trabalho na vida econômica e social brasileira, que envolve milhões de pessoas.” *Paulo Roberto G. Richieri - Diretor-procurador da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Piracicaba e Região*



“O Dieese apresentou dados assustadores, envolvendo os trabalhadores.

Nas dez maiores operações de resgate de profissionais em situação análoga à escravidão, quase 3.000 dos 3.553 casos envolviam terceirizados. Como podemos concordar com um projeto que contribui com situações como esta?” *Edna Alves - 1ª secretária da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Jaú e Região*

Deputados que disseram SIM à emenda



26 PAULO PEREIRA DA SILVA (SD)
dep.paulopereiradasilva@camara.leg.br



27 RENATA ABREU (PTN)
dep.renataabreu@camara.leg.br



28 ROBERTO FREIRE (PPS)
dep.robertofreire@camara.leg.br



29 SAMUEL MOREIRA (PSDB)
dep.samuelmoreira@camara.leg.br



30 SILVIO TORRES (PSDB)
dep.silviorres@camara.leg.br



31 VITOR LIPPI (PSDB)
dep.vitorlippi@camara.leg.br



32 WALTER IHOSHI (PSD)
dep.walterihoshi@camara.leg.br



33 WILLIAM WOO (PV)
dep.williamwoo@camara.leg.br

Deputados que disseram NÃO à emenda



1 ANA PERUGINI (PT)
dep.anaperugini@camara.leg.br



2 ANDRES SANCHEZ (PT)
dep.andressanchez@camara.leg.br



3 ARLINDO CHINAGLIA (PT)
dep.arlindochinaglia@camara.leg.br



4 ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB)
dep.arnaldofariadesa@camara.leg.br



5 CARLOS ZARATTINI (PT)
dep.carloszarattini@camara.leg.br



6 CELSO RUSSOMANO (PRB)
dep.celsorussomano@camara.leg.br



7 DR. SILVAL MALHEIROS (PV)
dep.dr.sinvalmalheiros@camara.leg.br



8 FLAVINHO (PSB)
dep.flavinho@camara.leg.br

Deputados que disseram NÃO à emenda



9 IVAN VALENTE (PSOL)
dep.ivanvalente@camara.leg.br



10 JOSÉ MENTOR (PT)
dep.josementor@camara.leg.br



11 KEIKO OTA (PSB)
dep.keikoota@camara.leg.br



12 LOBBE NETO (PSDB)
dep.lobbeneto@camara.leg.br



13 LUIZA ERUNDINA (PSB)
dep.luizaerundina@camara.leg.br



14 MAJOR OLÍMPIO (PDT)
dep.majorolimpio@camara.leg.br



15 MARA GABRILLI (PSDB)
dep.maragabrielli@camara.leg.br



16 NILTO TATTO (PT)
dep.niltotatto@camara.leg.br



17 ORLANDO SILVA (PCDOB)
dep.orlandosilva@camara.leg.br



18 PAULO TEIXEIRA (PT)
dep.pauloteixeira@camara.leg.br



19 PR. MARCO FELICIANO (PSC)
dep.pr.marcofeliciano@camara.leg.br



20 SÉRGIO REIS (PRB)
dep.sergioreis@camara.leg.br



“Se aprovarem o projeto, os trabalhadores vão perder os direitos que conquistaram ao longo dos anos, vão sofrer com a diminuição dos salários, desvalorização de carreira e muitos outros prejuízos. Além disso, existe uma possibilidade grande de um empregado ser demitido para ser substituído pelo terceirizado. Ou seja, o trabalhador só terá perdas.” **Milton Carlos Sanches** - diretor de Assuntos Parlamentares da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Sorocaba e Região



“O projeto altera muito a Consolidação das Leis do Trabalho, retira do trabalhador garantias que atualmente possuem, além de tirar a existência de um plano de carreira nas empresas. Se a lei entrar em vigor, as instituições vão começar a contratar por meio de terceirizadas, o que acarretará fragilização da relação trabalhista.” **Aristides Agrelli Filho** - 1º tesoureiro da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de São José do Rio Preto e Região



“Nós só venceremos a luta se os trabalhadores confiarem em suas próprias forças e se, juntos, nós nos organizarmos contra o projeto de terceirização. Apoiem a nossa luta e nos ajude a garantir os benefícios conquistados durante todos estes anos.” **Vera Lúcia Salvádio Pimentel** - diretora arquivista da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Bauru e Região.



“O projeto precisa ser derrotado, caso contrário veremos o maior retrocesso trabalhista da história de nosso País,

com perdas dos principais direitos previstos na CLT e em convenções coletivas e acordos. Será um verdadeiro enfraquecimento dos sindicatos, do poder de negociação que possuem e, conseqüentemente, prejuízos para os trabalhadores.”

Sérgio Roberto Balduino da Silva - diretor de Assuntos da Previdência Social da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Ribeirão Preto e Região



“Na saúde, os profissionais lidam com vidas diariamente e, por isso, os estabelecimentos precisam de trabalha-

dores qualificados e específicos para cada setor. É totalmente inviável, tanto para funcionários quanto para a população a terceirização. Vamos lutar para que avancemos com os direitos trabalhistas e não o contrário.”

Maria Hermann - diretora Cultural da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Rio Claro e Região



“A NR-32 estabelece que todos os profissionais da saúde recebam

treinamentos específicos e sejam capacitados para atuar no setor. Se a terceirização for regulamentada do jeito que ela está, a rotatividade de mão de obra vai impedir a qualificação adequada para cada profissional, como podemos garantir pela determinação da norma.” *Leide Mengatti - diretora de Relações Intersindicais da Federação paulista da Saúde e vice-presidente do Sinsaúde Campinas e Região*

Deputados que disseram NÃO à emenda



21 TIRIRICA (PR)
dep.tiririca@camara.leg.br



22 VALMIR PRASCIDELLI (PT)
dep.valmirprascidelli@camara.leg.br



23 VICENTE CANDIDO (PT)
dep.vicentecandido@camara.leg.br



24 VICENTINHO (PT)
dep.vicentino@camara.leg.br

TERCEIRIZAÇÃO NA SAÚDE

NÃO

FAÇA SUA PARTE

COBRE OS SENADORES DE SÃO PAULO

Deputados AUSENTES na votação



1 ANTONIO BULHÕES (PRB)
dep.antonibulhoes@camara.leg.br



2 ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB)
dep.antonioscarlosmendesthame@camara.leg.br



3 GILBERTO NASCIMENTO (PSC)
dep.gilbertonascimento@camara.leg.br



4 GUILHERME MUSSI (PP)
dep.guilhermemussi@camara.leg.br



5 JEFFERSON CAMPOS (PSD)
dep.jeffersoncampos@camara.leg.br



6 JOÃO PAULO PAPA (PSDB)
dep.joaopaulopapa@camara.leg.br



7 PAULO MALUF (PP)
dep.paulomaluf@camara.leg.br



8 PAULO FREIRE (PR)
dep.paulofreire@camara.leg.br



10 RICARDO IZAR (PSD)
dep.ricardoizar@camara.leg.br



11 ROBERTO ALVES (PRB)
dep.robertoalves@camara.leg.br



9 RICARDO TRIPOLI (PSDB)
dep.ricardotripoli@camara.leg.br



13 VINICIUS CARVALHO (PRB)
dep.viniciuscarvalho@camara.leg.br



12 VANDERLEI MACRIS (PSDB)
dep.vanderleimacris@camara.leg.br



“Não é questão de sermos flexíveis ou não. O projeto prevê a extinção de direitos e conquistas trabalhistas históricas, como, por exemplo, a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS. São mudanças que deixam o trabalhador sem segurança profissional e física, pois, segundo dados do Dieese, os terceirizados representam 89% dos trabalhadores envolvidos em acidentes de trabalho.” *Paulo Pimentel - 1º vice-presidente da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Santos e Região*



“O que já era ruim pode ser tornar ainda pior. Se o projeto for adiante, o hospital poderá contratar não só profissionais terceirizados para a limpeza, segurança e alimentação, como também para as atividades-fim, como a enfermagem. Veremos um intenso processo de demissões e prejuízos para todos. Não podemos aceitar tamanho retrocesso trabalhista.” *João do Nascimento Carvalho - 2º secretário da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Presidente Prudente e Região*



“Precisamos agora cobrar os senadores para que criem uma emenda em que excluam os profissionais da saúde deste projeto. A Federação paulista da Saúde e os sindicatos filiados estão engajados neste processo e contam com o apoio de toda a categoria.” *Elaine da Silva Amaral - secretária-geral da Federação paulista da Saúde e presidente do Sindicato da Saúde de Franca e Região*

Como você pode ajudar?

Profissional da saúde, você pode dizer NÃO ao projeto que precariza as condições de trabalho e gera perdas de benefícios importantes à categoria, que foram conquistados com muito esforço. Entre em contato com os deputados e senadores por São Paulo, por meio das redes sociais, email ou carta e deixe sua manifestação contrária ao projeto da terceirização. A Federação paulista da Saúde vai distribuir adesivos com os dizeres "Terceirização na saúde, não!" por todo o Estado de São Paulo. Junte-se a nós e

diga NÃO à terceirização. Confira os emails dos senadores por São Paulo:

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
aloyionunes.ferreira@senador.leg.br

José Serra (PSDB)
jose.serra@senador.leg.br

Marta Suplicy (PT)
marta.suplicy@senadora.leg.br

~~TERCEIRIZAÇÃO
NA SAÚDE~~

NÃO!

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO

**LEIA MAIS NOTÍCIAS
SOBRE SOBRE O
PROJETO DA
TERCEIRIZAÇÃO EM
NOSSO SITE**



FEDERACAODASAUDE.ORG.BR